



CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

TELEFONE 234 329 600 - TELEFAX 234 329 601 - 3830-044 ÍLHAVO

DESPACHO

Autorização para Acumulação de Funções

Considerando:

- 1) Que o exercício de funções públicas é, em regra, feito em exclusividade, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, no entanto, pode ser autorizado o exercício de outras funções, em acumulação;
- 2) Que a acumulação de funções nos termos do artigo 28.º do referido diploma legal depende de prévia autorização da entidade competente;
- 3) Que de acordo com o meu despacho de 24 de Maio de 2010, cessaram todas as autorizações anteriores para acumulação de funções públicas e privadas;
- 4) Que embora alguns requerimentos apresentados entretanto cumpram na íntegra o actual normativo legal e que a título excepcional foram autorizados, cessam contudo a respectivas autorizações com o presente despacho, importando aproveitar o momento para regularizar todas as situações e implementar regras regulares:

Determino:

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 68 da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e para os efeitos previstos nos artigos 25.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro que:

I - Não pode ser autorizado o exercício em acumulação de funções privadas com ou sem remuneração, com ou sem autonomia e directamente ou por interposta pessoa nos seguintes casos:

- a) Serem as funções privadas similares e conflituantes com as funções públicas;
- b) Sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;
- c) Sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente;
- d) Comprometam a isenção e imparcialidade exigíveis para o exercício das funções públicas;
- e) Provoquem algum prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;

II - A acumulação de funções públicas com outras funções públicas ou privadas depende de prévia autorização, devendo ser apresentado pelos interessados os requerimentos, previamente ao seu exercício e anualmente (art. 29, n.º 2), onde tem que constar:

- O local específico do exercício da função ou actividade a acumular;
- O horário a praticar;



CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

TELEFONE 234 329 600 - TELEFAX 234 329 601 - 3830-044 ÍLHAVO

- A remuneração a auferir, (por exemplo previsão mensal), quando seja o caso;
- A natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e do respectivo conteúdo;
- As razões que justificam e legitimam a acumulação e porque é que não incorre nas **proibições legais** do seu exercício;
- As razões por que o requerente entende não existir conflito com as funções desempenhadas, designadamente por a função a acumular não revestir as características de actividade conflituante ou concorrente à função que desempenha no seu serviço;
- O compromisso de cessação imediata da função ou actividade acumulada no caso de se vir a revelar conflituante com as funções públicas;

III - O requerimento deve também ser instruído com os documentos comprovativos dos **rendimentos da actividade no ano anterior** e de **uma lista de clientes** (no caso de exercício de Profissão liberal);

IV - O incumprimento desta obrigatoriedade de dedicação exclusiva representa uma **violação de deveres disciplinares** por parte do trabalhador, e pode dar lugar a uma pena de suspensão e até de demissão no caso de reincidência (nos termos dos arts. 17.º e 18.º do Estatuto Disciplinar aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro);

V - Visa-se genericamente a **eficiência** no exercício das funções públicas e proteger a **independência e a transparência do seu exercício**, bem como o respeito pelos **princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade da administração pública** (art. 266.º da Constituição da República Portuguesa);

VI - Para o presente ano 2011 devem os requerimentos ser apresentados até ao próximo dia 4 de Março de 2011, informados pelos respectivos Chefes de Divisão e enviados ao Presidente até ao dia 11 de Março de 2011 e por mim despachados até 15 de Março de 2011;

VII - Se ocorrer alguma situação de acumulação de funções após o dia 4 de Março de 2011, e apenas nessa circunstância, deve ser instruído requerimento a título excepcional que será informado e despachado no período de oito dias;

VIII - No mês de Dezembro de 2011 será proferido idêntico Despacho para as situações de acumulação de funções a ocorrer durante o ano de 2012;

2/3



CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
TELEFONE 234 329 600 - TELEFAX 234 329 601 - 3830-044 ÍLHAVO

IX - Divulgue-se pela Estrutura Municipal.

Ílhavo, aos 21 de Fevereiro de 2011

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo,



(José Agostinho Ribau Esteves, eng.)